

Parecer do MPOG sobre bônus descarta paridade

Audidores do Rio aprovam manifesto em defesa de remuneração “digna e justa”



Vice-presidente Antonio Henrique Cunha e Secretário Luiz Bicalho conduziram assembleia

O parecer técnico do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (MPOG) sobre o bônus de eficiência, divulgado às representações sindicais no final de novembro, gerou manifesto dos AFRFB do Rio de Janeiro pela retirada dessa gratificação da pauta de reivindicações. No texto, os filiados também defendem remuneração “digna e justa”, equiparada aos juizes e procuradores da República, com paridade entre ativos e aposentados.

A minuta do Manifesto foi aprovada no dia 1º de dezembro, durante assembleia nacional (foto) para deliberar sobre ato público em Brasília, no dia 10. Em seguida, foi designada comissão para elaborar o texto final, composta pelos Auditores Luiz Bicalho, Luiz Carlos Alves e Márcia Irene Werneck.

Unidade – Na assembleia, o Auditor Luiz Bicalho, Secretário Geral da DS/Rio, lembrou que as demais carreiras não estão querendo o bônus, somente os AFRFB – o que equivale a aceitar um controle institucional que não se aplica à atividade intelectual. Em seu entendimento, a política de gratificar com bônus, em vez de um salário justo, “proletariza o trabalho do Auditor-Fiscal, que passa a ser empregado da máquina, rebaixado ao nível dos que exercem funções mecânicas”. Ele destacou, ainda: “nossa categoria precisa construir a unidade contra esse projeto do governo, que divide ainda mais os Auditores”.

Leia o Manifesto dos AFRFB do Rio de Janeiro na página 3.

Conaf 2014 cobra protagonismo e lista tríplice para SRF

O Congresso dos Auditores-Fiscais (Conaf 2014), reuniu parte expressiva da categoria em Foz do Iguaçu, entre os dias 17 e 21 de novembro. Da troca de ideias entre os presentes sobre os principais anseios da categoria, surgiu a Carta de Foz do Iguaçu. Em especial, o documento cobra o retorno do protagonismo da Receita Federal no trato das grandes questões do país, bem como a escolha do titular do órgão através de lista tríplice. Na foto, membros da delegação da DS/Rio durante ato público na Ponte da Amizade (19/11) pela implementação do adicional de fronteira.

Leia a Carta de Foz do Iguaçu na página 4.



BÔNUS DE EFICIÊNCIA: a vanguarda do retrocesso!

Às vésperas da campanha salarial 2015, o parecer técnico sobre a criação de um bônus de eficiência institucional, elaborado pela Secretaria de Gestão Pública do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (MPG/Segep), reafirma que esse tipo de gratificação é aplicável somente aos servidores da ativa. Portanto, sua concessão, caso um dia ocorra – pois demanda muitos outros estudos de viabilidade –, irá quebrar a paridade entre ativos, aposentados e pensionistas.

Para sorte dos AFRFB, o teor do estudo técnico veio à luz antes de iniciarmos a campanha. Há tempo, portanto, de retirarmos da pauta de reivindicações um item que jamais deveria ter sido proposto: a possibilidade de negociarmos uma gratificação sujeita à instabilidade das políticas de governo, relegando a segundo plano a remuneração justa, definida por lei e compatível com uma carreira de Estado. Quando abrimos essa porta, colocamos em risco, de uma única vez, a paridade, a dignidade funcional e a unidade da categoria. Em síntese, o verdadeiro desmonte de princípios e valores conquistados com muita luta.

Na plenária nacional agendada para o mês de março, em Brasília, vamos definir pauta reivindicatória e atividades de mobilização. Que essa construção, resultante de consenso, contemple os anseios dos Auditores-Fiscais e sua capacidade de negociação, deixando de lado propostas ilusórias que venham a quebrar a paridade.

Remuneração digna, paridade entre ativos e aposentados, condições adequadas de trabalho, tratamento funcional condizente com as exigências feitas a quem exerce uma carreira de Estado, garantia de preservação da saúde e do bem-estar coletivo. Bônus de eficiência não se encaixa nesse perfil.

Infelizmente, o Sindifisco Nacional hasteou a bandeira da vanguarda do retrocesso, ao se transformar na primeira representação sindical de servidores de carreira federal a defender a tese – inclusive, contratando parecer jurídico a peso de ouro! – de compatibilidade da remuneração por subsídio e gratificações de desempenho. Ao propor esse arranjo remuneratório, abriu a porta para o Executivo excluir aposentados e pensionistas, quebrando a paridade.

A diretoria da DS/Rio defende que nosso Sindicato retome seu caminho histórico e se posicione na verdadeira vanguarda, que é o respeito e a garantia aos direitos dos trabalhadores ativos, aposentados e pensionistas.



O **Agente Fiscal** é uma publicação da Delegacia Sindical do Rio de Janeiro do Sindifisco Nacional – Sindicato Nacional dos Auditores-Fiscais da Receita Federal do Brasil

- Presidente:** João Luiz Teixeira de Abreu
Vice-Presidente: Antônio Henrique Azevedo da Cunha
Segunda Vice-Presidente: Maria Gláudia Ferrer Mamede
Secretário-Geral: Luiz Roberto Bicalho Domingos
Diretor de Finanças: Sonia Maria Bindaes Campos Pereira
Diretor-Adjunto de Finanças: Robson Guedes Lassarat
Diretor de Administração: Fábio Alves Cabral
Diretor de Assuntos Jurídicos: Marcílio Henrique Ferreira
Diretora-Adjunta de Assuntos Jurídicos: Bety Gutnik Nisembaum
Diretora de Defesa Profissional: Fátima e Silva Rodrigues
Diretor de Comunicação: Rodrigo de Almeida Rodrigues
Diretora de Assuntos de Aposentados: Eliane Barros Rocha
Diretora-Adjunta de Assuntos de Aposentados: Sonia Maria Cunha dos Santos
Diretor de Relações Intersindicais e Assuntos Parlamentares: Helio Fernando Mulylaert da Silva Lima
Diretor-Adjunto de Relações Intersindicais e Assuntos Parlamentares: Paulo Torres de Carvalho Barbosa
Diretor de Saúde e Qualidade de Vida: Leunam Costa Leite
Diretor-Adjunto de Saúde e Qualidade de Vida: Airton Gonçalves Dias
Diretora de Defesa da Justiça Fiscal e da Seguridade Social: Célia Satiyo Seto
Diretora de Políticas Sociais e Assuntos Especiais: Teresa Maria da Silva Vagos
Diretores Suplentes: Carla Maria Marques da Silva Leal, Eulina Crispiano Lemos Filha, Frederico Lednik, Sônia Chaves Mesentier e Regina da Fátima da S.C. Hardman
Conselho Fiscal: Lenine Alcântara Moreira, Rodolfo de Castro Sousa Filho e Luiz Gustavo Pereira Regadas

Endereços da DS/RJ

Rua Debret, 23 - Sls. 711/712 – Centro
 CEP 20030-080 – Fone: (21) 3125-3800
 Fax: (21) 3125-3805 e Rua da Quitanda, 30
 11º andar – Centro – CEP 20011-030
Fone: (21) 3916-8550

E-mail: dsrj@sindifisconacional-rj.org.br
Site: www.sindifisconacional-rj.org.br

Jornalista Responsável/Redação: Sônia d’Azevedo (Reg.Prof. 17226 RJ) **Diagramação:** Sylvio Marinho
Fotos: Sônia d’Azevedo e Sidney Ottoni Trindade
Impressão: Gráfica Sumaúma

Distribuição gratuita – circulação local. Textos assinados não contêm, necessariamente, a opinião dos responsáveis por este jornal.

Manifesto dos Auditores-Fiscais do Rio de Janeiro

Aprovado em assembleia nacional no dia 1º de dezembro, em face do estudo técnico do MPOG sobre criação do bônus de eficiência institucional para os Servidores Públicos Federais.

MANIFESTO DOS AFRFB DO RIO

O Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (MPOG) divulgou, no dia 25 de novembro, estudo técnico elaborado pela Secretaria de Gestão Pública (Segep/MPOG) sobre a criação do bônus institucional de eficiência. Para ser implementado, o bônus:

- deverá contemplar toda a Administração Pública Federal, e não categorias específicas – sem primazia para os AFRFB;
- será pago caso sejam atingidas as metas estabelecidas pelo governo, em parcela única ao final do exercício, e não trimestralmente, como na proposta original;
- será pago somente aos ativos, pois está vinculado a situação específica, cujos resultados serão mensurados no decorrer de um período determinado, o que derruba definitivamente qualquer argumento de extensão aos aposentados e pensionistas;
- dependerá da avaliação dos servidores pela sociedade, o que introduz o controle social externo na Administração Pública, gerando situações paradoxais – exemplo: o tempo de despacho aduaneiro é critério prioritário para os empresários, mas não a apreensão de contêineres com lixo hospitalar.

A posição do governo foi divulgada em reunião das representações sindicais do Serviço Público com o Secretário de Relações de Trabalho no Serviço Público, Sérgio Mendonça, e a Secretária de Gestão Pública, Ana Lucia Amorim de Britto.

As premissas não surpreendem os que lutaram, anteriormente, contra gratificações variáveis cujo objetivo é congelar salário e comprometer a poupança previdenciária. O subsídio, com paridade e integralidade, foi a maior conquista dos AFRFB.

Mas, se causa indignação a postura maniqueísta do governo, devemos admitir que o cenário atual também foi construído pela categoria, a partir de grave equívoco – aprovamos em assembleia e oferecemos ao governo, na campanha salarial de 2012, alternativa de remuneração diferente do subsídio digno.

O bônus de eficiência foi aprovado por 64,85% dos votos dos AFRFB presentes na assembleia do dia 27/03/2014, sob o argumento da Diretoria Executiva Nacional de ser a única forma de nos diferenciarmos dos demais servidores, que passaram a ser remunerados pelo subsídio. O pagamento seria trimestral, permitindo-nos ganhos maiores, com a garantia de recebimento pelos aposentados e pensionistas. Assim, a discussão chegou finalmente ao Ministério do Planejamento.

A partir do parecer da Segep/MPOG deixam de valer as vãs esperanças e prevalece a palavra fria dos técnicos e especialistas. Ou seja, toda a argumentação de que “somos uma carreira de elite”, “autoridades”, etc., cai por terra. Para o MPOG, somos mais uma carreira “normal” dentro do plano de gestão do Executivo. Toda a conversa de nos diferenciarmos dos demais servidores resume-se, afinal, a um aspecto: os demais servidores são contra o pagamento do bônus ou de gratificações por produtividade e nós somos a favor!

A decisão do governo será “técnica”, sem negociação política. Os ministérios envolvidos resolverão o assunto, inclusive com o novo Ministro da Fazenda, que tem uma visão muito clara sobre o funcionamento do Serviço Público, como bem sabem os que acompanham sua carreira.

Para resgatar o princípio da solidariedade, do justo valor de nosso trabalho e do reconhecimento da carreira, devemos traçar o caminho inverso, rejeitando essa proposta de bônus que:

- divide a categoria (ativos/aposentados; novos/antigos);
- estimula a competição interna em detrimento da cooperação entre equipes;
- impõe perdas previdenciárias (parcela não remuneratória não é incorporada à aposentadoria!);
- ignora que o Servidor Público é um agente do Estado a serviço do bem-estar social e deve ter remuneração definida e compatível com a natureza e complexidade do trabalho executado;
- impõe à Receita Federal uma avaliação externa que coloca em risco a segurança da atividade fiscal, do corpo funcional e do bem-estar da sociedade brasileira.

Considerando todos esses aspectos, nós, AFRFB do Rio de Janeiro, reunidos em assembleia nacional, no dia 1º de dezembro de 2014, REIVINDICAMOS:

Retirada imediata do bônus de eficiência da pauta de reivindicações!

Remuneração por subsídio, digna e justa!

Mesmo reajuste dos juízes e procuradores!

Paridade entre ativos e aposentados!

UNIDADE PARA VENCER

Conaf 2014

OLHAR ATENTO ÀS GRANDES QUESTÕES

Tanto no plenário quanto no ato público realizado no dia 19, na Ponte da Amizade, a delegação do Rio de Janeiro (*foto*) defendeu a implementação do adicional de fronteira, a votação da PEC 555 e remuneração equiparada a 90,25% dos Ministros do STF.

Dentre as questões levantadas pela direção da DS/Rio, ao longo do ano, e levadas ao Conaf 2014, está a proteção judicial do Sindifisco Nacional aos filiados idosos vinculados ao plano de saúde Assefaz – conforme aprovado para os beneficiários do Geap, em 2012 – e aos AFRFB egressos das Forças Armadas atingidos pela Nota Técnica 101/2014, da Secretaria de Gestão Pública do MPOG (*ver página 5*).



CARTA DE FOZ DO IGUAÇU

Os Auditores-Fiscais da Receita Federal do Brasil, reunidos em seu Congresso Nacional – CONAF, ocorrido de 17 a 21 de novembro de 2014, em Foz do Iguaçu, reafirmam perante a categoria e a sociedade brasileira a luta pela Seguridade Social Pública, Justiça Social e Fiscal, o compromisso com a defesa de uma Receita Federal republicana e com o resgate das atribuições do cargo, para o exercício pleno de nossas funções.

Assistimos, já há alguns anos, ao esvaziamento paulatino da autonomia e relevância dos Auditores-Fiscais movido por uma Administração Tributária autoritária, hierarquizada e omissa aos reais interesses do povo brasileiro. O foco excessivo sobre controles administrativos, meramente quantitativos, tem retirado de cena o verdadeiro desígnio do cargo de Auditor-Fiscal: o combate diuturno às fraudes e à sonegação fiscal.

Questões tratadas hoje nos noticiários, envolvendo denúncias de propinas nos contratos da maior empresa brasileira com grandes empreiteiras, passam ao largo da Receita Federal, que deveria assumir o protagonismo das investigações.

A Receita Federal transformada em órgão coadjuvante no Ministério da Fazenda, associado ao depauperamento das prerrogativas dos Auditores-Fiscais, executa uma política tributária injusta e regressiva, focada em ações superficiais e geradora de desigualdades.

Em contrapartida ao modelo implantado pela Receita Federal, os Auditores-Fiscais, que realizam suas atividades de natureza intelectual, devem exercer suas prerrogativas de forma permanente e contínua, não podendo estar sujeitos a ingerência político-administrativa.

Reivindicamos um sistema tributário promotor de Justiça Social, com a implantação de medidas que reforcem a tributação sobre o patrimônio e renda de capital e com o alívio da tributação indireta, regressiva e sobre a renda do trabalho. Por isso, entendemos imperiosa a correção imediata e integral da tabela do imposto de renda pessoa física, em mora desde 1995.

Para que tenhamos justiça fiscal e tributária precisamos de uma reforma política que proíba o financiamento das campanhas eleitorais.

Ademais, entendemos como fundamental a atuação da Aduana de forma mais ampla e integral, tornando-a instrumento efetivo na defesa da soberania nacional, de nossas fronteiras e de fiscalização de operações de comércio internacional.

Manifestamos ainda nossa profunda indignação pela não regulamentação do Adicional de Fronteira, aprovado em lei há mais de um ano. Diante desse descaso, exigimos sua implementação imediata.

Reiteramos a nossa defesa intransigente da Previdência Pública, patrimônio dos trabalhadores, pelo fim da previdência complementar dos servidores – Funpresp – e retorno ao regime próprio com integralidade, paridade e fim da contribuição previdenciária dos aposentados e pensionistas. Colocamo-nos contra a política de desonerações, implementada pelo atual governo, que compromete o financiamento do sistema previdenciário.

Os Auditores-Fiscais da Receita Federal do Brasil declaram a sociedade a unir-se a nós na luta pela Justiça Social e Fiscal, pela refundação da Receita Federal republicana, que combata efetivamente a corrupção, e pelo exercício pleno das atribuições dos Auditores-Fiscais da Receita Federal do Brasil.

E para garantir estes objetivos, defendemos que a nomeação do Secretário da Receita Federal do Brasil seja efetuada por meio da escolha de lista tripartite, eleita por aqueles profissionais que têm compromisso de luta contra a politização do órgão.

Foz do Iguaçu, 21 de novembro de 2014

Aprovada ajuda jurídica para usuários dos planos Assefaz e Geap

Em reunião realizada nos dias 3 e 4 de dezembro, o Conselho Curador de Assuntos Jurídicos (CCAJ) do Sindifisco Nacional aprovou atuação jurídica do Sindicato para garantir os direitos dos filiados vinculados aos planos de saúde Assefaz e Geap.

A decisão do CCAJ contempla centenas de beneficiários idosos que tiveram seus contratos alterados, a partir de 2012. Além de perdas financeiras, houve queda de qualidade dos serviços prestados e impedimento de migração para contratos de valores inferiores. As mudanças impostas, que infringem o Estatuto do Idoso e a legislação dos planos de saúde, obrigaram diversos beneficiários idosos a cancelarem seus planos de saúde.

Trajetória – A proteção sindical na área jurídica, em face de abusos cometidos pelos planos de saúde contra filiados idosos, entrou em discussão no Congresso Nacional dos Auditores (Conaf) de 2012. A tese, da DS/Curitiba, relativa somente ao contrato da Geap, foi aprovada em assembleia nacional no dia 14 de dezembro do mesmo ano.

Em 2013, a DS/Rio identificou problemas semelhantes no plano de saúde da Assefaz e iniciou diversas ações junto ao Ministério Público Estadual para coibir os abusos.

Em maio de 2014, a DS/Recife levou o assunto à reunião do Conselho de Delegados Sindicais (CDS) e propôs extensão do apoio jurídico aos beneficiários do contrato da Assefaz. A proposta foi aprovada na assembleia nacional do dia 30 de julho.

Pauta – Com base na deliberação da categoria, em outubro passado – e como o assunto também foi aprovado nas instâncias superiores do Sindifisco Nacional –, o diretor Adjunto de Saúde e Qualidade de Vida da DS/Rio, Airton Dias, solicitou à Direção Executiva Nacional (DEN) a contratação de escritório jurídico especializado em Direito à Saúde.

O assunto entrou na pauta (item 11.2) da reunião do CDS do dia 22 de novembro, em Foz do Iguaçu, e foi finalmente encaminhado ao CCAJ pela presidência da DEN.

Segundo Airton Dias, o pleito enfrentou algumas resistências no CDS, pois o estatuto sindical restringe a atuação jurídica a “assuntos profissionais de natureza salarial”. No entanto, o próprio estatuto determina, no artigo 157, que os casos omissos serão resolvidos pela DEN do Sindifisco Nacional, ad referendum do CDS.

Urgência – “Argumentei que também é dever do Sindicato cuidar da saúde dos filiados e solicitei providências urgentes à DEN, porque os idosos não podem esperar muito tempo”, diz Airton Dias. Na ocasião, ele também citou os cinco idosos que passaram mal durante o Conaf 2014, em Foz do Iguaçu.

O assunto seguiu para apreciação do CCAJ, onde foi aprovado. Cabe agora à DEN tomar as providências necessárias para a ação judicial que irá proteger os direitos dos filiados idosos – “cujo tempo de espera urge mais rápido que o dos demais”, reitera Airton Dias.

DS-RJ solicita investigação de fraude contra filiados idosos

A direção da DS/Rio solicitou ao Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro (MPRJ), no dia 14 de novembro, abertura de procedimento de investigação de fraude contra seus filiados idosos. Através de correspondências, e-mails ou ligações telefônicas, diversas entidades, organizações e empresas fazem contato com os colegas, oferecendo empréstimos, bens e serviços advocatícios, mediante assinatura de contratos ou pagamento de valores. Algumas possuem informações privilegiadas, como dados bancários.

Alertada por filiados, a Diretoria de Assuntos Jurídicos da DS/Rio tentou contato telefônico com as entidades e empresas. Em algumas, os atendentes interromperam imediatamente os telefonemas, assim que os representantes sindicais se identificaram. Em outras, os números telefônicos inexistem ou estão inoperantes – artifício para obrigar os colegas desavisados a comparecerem aos endereços indicados.

Lista – Diante dos indícios substanciais de fraude, a direção da DS/Rio encaminhou o pedido de investigação à Coordenadoria do Centro de Apoio Operacional das Promotorias de Justiça de Proteção ao Idoso e à Pessoa com Deficiência do MPRJ. A carta contém uma lista das entidades e empresas que não se mostram confiáveis e anexa cópia das correspondências recebidas pelos filiados e repassadas à DS.

A direção sindical também orienta os filiados e seus familiares a rejeitarem qualquer oferta de bens e empréstimos bancários, benefícios extraordinários, visitas domiciliares de supostos agentes do Ministério da Fazenda, ações judiciais ou adesão a pretensos contratos coletivos antes de uma consulta à Diretoria de Assuntos Jurídicos da DS/Rio.

Ex-militares também terão proteção judicial

Os AFRFB ex-militares que ingressaram na Receita Federal após a Emenda 20/1998 – atingidos, portanto, pelos efeitos da Nota Técnica 101/2014, do MPOG – terão proteção judicial do Sindifisco Nacional. A iniciativa se aplica, ainda, aos egressos de outros órgãos federais e das próprias Forças Armadas, em face da Orientação Normativa MPOG 08/2014. A questão gera sérias consequências previdenciárias e foi levada à DEN pela direção da DS/Rio, no mês de julho. A proposta de ação judicial passou pelas demais instâncias sindicais até ser submetida à assembleia nacional do dia 16 de dezembro. A categoria deliberou, então, que o Escritório de Advocacia Sérgio Bermudes ficará responsável pela ação.



Auditor lança segundo livro sobre IR



Cristóvão Nóbrega no lançamento da obra

No dia 21 de novembro, o Auditor-Fiscal aposentado Cristóvão Barcelos da Nóbrega lançou seu segundo livro, “História do imposto de renda no Brasil, um enfoque da pessoa física (1922-2013)”. Editada pela Receita Federal, a obra de 544 páginas é destinada aos que buscam informações, pesquisam e estudam o imposto. Segundo o autor, o livro também serve de subsídio a análises e trabalhos tributários.

Especialista no assunto, Cristóvão realizou palestra no auditório da DS/Rio, no dia 4 de setembro, em celebração ao 90º aniversário da regulamentação do Imposto de Renda no Brasil. O sucesso do evento comprovou que o tema interessa a diversas gerações. De forma bem-humorada, o palestrante proporcionou uma viagem pitoresca no tempo, apresentando dados técnicos e fatos curiosos sobre o imposto que estuda há mais de 30 anos.

A palestra foi promovida pela direção da DS/Rio e teve a presença de dezenas de filiados e convidados. A Superintendente da 7ª Região Fiscal, Auditora Eliana Pólo Pereira, prestigiou o evento.

A seguir, Cristóvão Nóbrega revela como seu interesse pelo assunto evoluiu para a pesquisa sistemática e originou o livro recém-lançado.

Dentre tantas questões na Receita, por que o tema “Imposto de Renda” o atraiu?

Cristóvão Nóbrega – De 1978 até minha aposentadoria, em 2006, trabalhei em atividades vinculadas ao IR. O envolvimento e o gosto pela pesquisa me levaram a estudar sua trajetória. Para facilitar e motivar, sempre trabalhei no Rio e os dois acervos mais importantes da história do IR estão no edifício-sede do Ministério da Fazenda. São o Museu da Fazenda Federal e a Biblioteca do Ministério da Fazenda. Sempre que podia, garimpava documentos históricos. Colegas também ajudaram, enviando declarações, notificações, extratos, entre outros documentos.

Qual o seu principal objetivo com esse estudo?

Cristóvão – Divulgar a evolução do IR no Brasil e socializar parte do material que coletei, em cerca de 35 anos de pesquisa e estudo. Acho importante que essa documentação fique à disposição dos interessados e sirva de base para estudos e trabalhos sobre temas atuais e polêmicos como reforma tributária, tabela progressiva do IRPF, justiça fiscal, etc.

Como você coleta as informações sobre o tema?

Cristóvão – As principais fontes são livros, jornais, legislação e documentos históricos. Hoje, com a informatização, a pesquisa se tornou mais ágil. Os periódicos mais conhecidos do Brasil estão digitalizados e a busca por palavra-chave facilitou bastante o trabalho. Não há rotina específica. É muita pesquisa.



Palestra na DS/Rio: Cristóvão Nóbrega (ao centro) com os diretores da DS Fatima e Silva Rodrigues, Antonio Henrique Cunha, Maria Gláudia Mamede, Sonia Mesentier e Eliane Barros Rocha

Como surgiu a ideia do livro e que públicos irá atingir?

Cristóvão – Por ocasião do 80º aniversário do IR, redigi um livro sobre a trajetória do tributo. Em 2012, recebi convite da Receita Federal para atualizá-lo. Concordei e informei que pretendia escrever um livro com mais informações, haja vista o material coletado nos últimos dez anos. A RFB aprovou e me apoiou no projeto. O resultado foi um livro bem mais profundo que o anterior. A versão eletrônica da obra está disponível no site da Memória da Receita Federal. (Acesso pelo link: <http://www.receita.fazenda.gov.br/Memoria/Default.htm>).

Deixe sua mensagem para os jovens Auditores-Fiscais.

Cristóvão – Dos meus 36 anos de Receita

Federal, cerca de 30 foram dedicados à informatização do IR. Esse foi um dos motivos que me estimularam a estudar a trajetória do imposto. Por trabalhar com o IR do “amanhã”, fiz questão de estudar o IR de “ontem”, para não repetir os erros e reproduzir os acertos. A história não é apenas repetição dos conhecimentos acumulados. Pode e deve servir como forma de construir um mundo melhor, uma sociedade mais equilibrada. O IR é o tributo que mais pode ajudar a redistribuir a renda e fazer justiça fiscal. Estou à disposição para esclarecer dúvidas sobre sua evolução no Brasil, pelo e-mail cbn@uol.com.br. Em todas as palestras, costumo dizer que, quando sei a resposta, respondo; e, quando não sei, é ainda melhor, porque vou pesquisar, estudar e aprender.

O autor irá oferecer dois livros autografados aos filiados à DS/Rio que responderem, em até 10 linhas, a seguinte pergunta: “Por que desejo receber o livro *História do Imposto de Renda no Brasil: um enfoque da pessoa física (1922-2013)*?” Respostas até o dia 30/01/2015, para o e-mail cbn@uol.com.br.

Itália e Búzios aguardam filiados em 2015



A programação de eventos da diretoria da DS/Rio para 2015 está especialíssima, pois foi planejada para aproximar os filiados e seus familiares de forma bem agradável. No período de 12 a 17 de julho, na grande viagem anual ao exterior, os colegas visitarão a Itália, pernitando em Milão, Veneza, Florença, Roma e Nápoles, para citar somente os principais destinos da viagem.



Hotel Atlântico



Orla Bardot

De 2 a 4 de outubro, a DS/Rio irá promover o **Encontro de Ativos e Aposentados 2015**, em Armação de Búzios, com hospedagem no Hotel Atlântico. Localizado de frente para a Baía de Búzios – uma das mais belas regiões do litoral fluminense –, o Atlântico oferece conforto, qualidade de atendimento, estrutura de lazer e, como diferencial, a proximidade com a famosa Rua das Pedras, que está acessível a pé, em tranquila caminhada pela Orla Bardot. Será uma excelente oportunidade para revermos antigos colegas e consolidarmos amizades. Informações sobre hospedagem e transporte em breve!

Prêmio Desempenho 2014

Coral da Receita estreia com homenagem aos colegas

A entrega do Prêmio Desempenho Funcional de 2014 ocorreu no dia 31 de outubro, em cerimônia aberta a familiares e convidados. Os agraciados foram homenageados com a canção “Carinhoso”, de Pixinguinha, apresentada pelo Coral da Receita Federal do Rio de Janeiro (**foto**), que fez sua “estreia mundial” no evento, após somente dois meses de ensaios. O maestro Paulo Guedes regeu o grupo, com participação de integrantes da banda do Exército. A direção da DS/Rio cumprimenta a todos e relaciona os filiados que conquistaram o prêmio em 2014.



Alfândega do Aeroporto (Airj)

Luciana Almeida Nolasco, Maria Cristina Barbosa Dias e Ricardo José Nicolas Mesquita

Demac

Adilson da Silva Bastos e Wilze das Graças Araújo

DRF/RJO I

Laura Tereza de Almeida Raupp

DRJ

Leandro Ferreira Silva

IRF

Eliane Maria Vieira Cordeiro e Ingrid Franklin Araújo

SRR/07

Marcio Santos de Souza, Nilo Veiga Rolim e Roberto Luís Gonçalves Mattos

Aposentados

Abílio da Silva Moreira, Aélío dos Santos Filho, Alfredo Faissal Abdalla Wanous, Aloísio Cid Coelho, Antônio Carlos de Moraes, Antônio Gerk Marques, Antônio Jorge Reis de Oliveira, Bruno Vajgel, César Augusto Montenegro da Rocha, Daisy Maria Antunes da Costa, Deborah Lessa Mentzingen, Denise Moutinho dos Santos, Ebi da Silva Gueiros, Edgar Aragão Martins, Eloy Roberto da Silva Oliveira, Filomena Laura da Costa Carvalho, Glória de Oliveira Ribeiro, Hamilton Cintra Moreira, Helena Taimir Souza Tavares, Ivan Barcellos de Aquino, Jorge da Costa Neves, Jorge José de Figueiredo Pitta, José Luiz Teixeira da Silva, Lucíola Maria Vasconcelos Ferreira, Luiz Antônio de Souza Barros, Luiz Carlos Cabral, Luiz César da Silva Cardoso, Luiz Fernando Queiroz Dias, Luiz Orlando de Oliveira Caruso, Maria Helena de Figueiredo e Barros, Maria Lucia Maron Mendes, Mozart Peres Gondim Leite, Nadir da Silva Zamboni, Neusa Maria Peron, Newton Lopes Brandão, Nicélio Rodrigues de França, Orlando Gonçalves de Sá, Priscila Sabino de Araújo, Rachid Azen, Regina Pinto Ferreira Netto, Ricardo Luiz Henriques Kohly, Ricardo Mesentier Chaves, Rita de Cássia Pinel Vieira, Ronaldo Chaves de Oliveira, Sérgio Musa Zamboni, Sidney Pereira Viegas, Vera Lúcia Figueiredo de Araújo, Vicente Augusto Nogueira Pinto, Walter Campos Menezes, Wolner Ferreira da Costa, Yara Costa Pinto, Yara Rodrigues de Oliveira Rosa

25 Anos de Serviço Público

Edson da Conceição Rodrigues e Marcus Vinicius Porto de Souza

Carnaval 2015

O desfile do bloco **Fazendários do Amor** será no dia 13 de fevereiro (sexta-feira), às 15 horas, após concentração na escadaria do prédio do Ministério da Fazenda.

Festa natalina com boa música e samba no pé

Famosa pela alegria nas mesas e na pista de dança, a festa natalina da DS/Rio reuniu 400 pessoas – entre filiados e convidados – no Clube Monte Líbano, no dia 3 de dezembro. Como presente especial, *performances* divertidas dos músicos-atores da Banda V-Trix e, no encerramento, muito samba no pé com a banda do bloco Fazendários do Amor – já esquentando os tambores para o Carnaval 2015 – e passistas do Salgueiro.

Em nome da direção da DS/Rio, a 2ª vice-presidente Maria Gláudia Mamede homenageou o presidente da Abafia (Associação dos Auditores-Fiscais do Tesouro Nacional na Área Aduaneira), Mário Gonçalves de Albuquerque, que completava 91 anos e recebeu o “parabéns pra você” num belo coro dos presentes.

Até 2015! – A direção sindical agradece aos filiados, apoiadores e amigos pela presença e animação. Deseja, também, um 2015 de união e conquistas para nossa categoria.

